

Mercado de capitais Após reduzir em 70% fila de processos, órgão reorganiza fluxos, investe em tecnologia e define 15 prioridades para 2026

Conselhinho moderniza gestão e mira prazos de 180 dias até julgamento

Victoria Netto
Do Rio

Após promover mudanças para ganhar mais agilidade e reduzir em 70% o estoque de processos em 2025, o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) elegeu 15 prioridades para 2026, entre elas, cumprir o prazo de julgamento de casos em até 180 dias e ter mais proximidade com o Judiciário diante do aumento de judicializações.

Essas ações estão em curso sob a presidência de Adriana Telézia de Toledo, procuradora do Banco Central (BC) que assumiu o primeiro mandato no chamado "Conselhinho", como o CRSFN é conhecido, em 2021, e foi reconduzida, em 2024, com término de gestão previsto em 2027.

O "Conselhinho" funciona como segunda instância administrativa para decisões da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Banco Central e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Toledo também tem sob sua responsabilidade o CRSNPF, que reexamina julgamentos da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Ambas as estruturas são vinculadas ao Ministério da Fazenda.

Ao assumir o cargo, Toledo deparou-se com um grande estoque de processos, alguns com quase dez anos. Para reduzi-lo, adotou três frentes: edição de sumulas para eliminar debates repetitivos; maior alinhamento técnico com a primeira instância dos casos; e uma portaria que estipulou metas mínimas mensais de processos por conselheiro.

O estoque do CRSNPF, com 1.200 processos em 2021, caiu 95%, para 59 processos em outubro de 2025. O mesmo mudeu foi replicado no CRSFN, instância em que a redução chegou a 70%, saltando de 218 para 66 processos também em outubro deste ano. Com o acervo menor, metia para 2026 mudou: assegurar que os julgamentos ocorram no prazo regimental de 180 dias, sem perda de profundidade ou qualidade.

Em paralelo, houve a classificação dos processos por complexidade, criação de uma área de pós-julgamento e adoção definitiva das transmissões públicas pelo YouTube, iniciadas na pandemia. A virtualização, diz Toledo, reduziu custos, aumentou a transparência e ampliou o tempo disponível dos conselheiros para análise de casos: "Não há perspectiva de que isso mude."

"Outro problema é o aumento das judicializações. Quando vimos isso, acendeu uma luzinha amarela"
Adriana T. Toledo

Agora outro problema enfrentado é um aumento das judicializações, fenômeno que a presidente atribui a dois fatores: o aumento nas penalidades, previsto pelo leilão 13.506, de 2017, e o maior volume de processos julgados. "Quando a gente começou a ver esse número [de judicializações] aumentar, acendeu uma luzinha amarela", diz Toledo.

Dante desse cenário, o conselhinho passou a visitar tribunais regionais em 2025, a fim de discutir temas técnicos como prescrição e dosimetria para reduzir divergências e contestações. Para 2026, uma das metas é a aproximação com o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), com previsão de capacitação para juízes e desembargadores.

Outro marco foi a revisão do



Toledo, do CRSFN: "Há uma fragilidade em relação ao Banco Central e à CVM, que passam por momento delicado"

regimento interno do CRSFN, de 2018. O texto foi reescrito ao longo de oito meses e publicado em setembro de 2024. "A gente fez uma mudança grande do antigo regimento, por uma revolução na forma de trabalho", afirmou. Para 2026, está previsto "um ajuste fino" para adaptar o regimento às novas rotinas e ferramentas.

Toledo também chamou atenção para aprimoramentos na governança do "Conselhinho", que segue um modelo paritário, reunindo representantes do setor público e privado. Até 2023, as vagas privadas eram ocupadas por entidades específicas, como Febraban, Ambin e Abrasca. "Esse modelo deixou de refletir a diversidade do mercado", diz.

Com a Portaria 1.560, de 2023, o modelo de representação passou a selecionar integrantes por segmentos, como bancos, os setores de investimentos e auditoria, companhias abertas, cooperativas, meios de pagamento, ampliando para 30 o número de entidades aptas a indicar nomes.

"Antes eram cadeiras cativas, agora são segmentos. O mercado mudou e novas entidades não se sentiam representadas", afirma.

A modernização também atingiu a infraestrutura tecnológica. O conselhinho implantou um sistema inicial de busca de jurisprudência que será substituído por uma plataforma mais robusta, com filtros avançados e uso de inteligência artificial. A nova versão deve integrar decisões, votos e pareceres em um único ambiente em 2026.

O planejamento para 2026 inclui 15 entregas. Em parceria com o Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), o CRSFN lançará o primeiro curso de formação para conselheiros. Segundo Toledo, os conselheiros vêm de áreas distintas e precisam nivelar conhecimentos.

A agenda inclui ainda encontros técnicos com a CVM e o Coaf para integração institucional e alinhamento sobre entendimentos regulatórios e a implantação de um formulário

permanente de avaliação dos serviços prestados ao público.

Ao comentar as vulnerabilidades do Sistema Financeiro Nacional (SFN), recentemente marcado por operações da Polícia Federal e Ministério Público que revelaram o uso de fintechs e fundos de investimento pelo crime organizado para lavagem de dinheiro, Toledo reforça que a robustez institucional depende diretamente da capacidade dos órgãos reguladores.

"Há uma fragilidade que estamos vendo em relação às autoridades Banco Central e CVM. Tanto uma como outra estão passando por um momento muito delicado da falta de recursos e da falta de servidores para dar conta da amplitude que o mercado exige", diz.

Ao Valor, Toledo afirma que o fez, ate o fim do mandato, é consolidar as transformações: "Daqui a dois anos eu vou embora e querer deixar o legado desse trabalho", diz. Sobre uma eventual rescisão, afirma que a decisão caberá ao ministro da Fazenda vigente. "Vou estar sempre à disposição do serviço público."